

Formação do Campo Midiático da Transamazônica: Uma História Emblemática de Coronelismo Eletrônico¹

Rosane Steinbrenner²
Universidade Federal do Pará

RESUMO

A contaminação imprópria nas relações entre mídia e poder que tem o *coronelismo eletrônico* como causa e a *concentração cruzada* como seu efeito são dinâmicas que se evidenciam na região da Transamazônica de forma emblemática desde os primeiros arranjos em torno das concessões de veículos de radiodifusão, de forma destacada pela história da criação da primeira emissora de rádio de Altamira. Uma realidade, no entanto, que só pode ser dimensionada pela compreensão do contexto de uma época marcada pelas ações de um Estado de exceção. Contar episódios dessa história midiática no interior da Amazônia, a partir do conceito de campo de Bourdieu, das discussões entre mídia e poder de Venício Lima e da metodologia da descrição densa de Geertz, é a proposta deste artigo.

Palavras-chave: rádio, história, Amazônia, Rádio Rural da Transamazônica.

1. INTRODUÇÃO

Para entender um fenômeno social é preciso contar sua história, ou como acredita Bourdieu (1986), é necessário situá-lo radicalmente em seu contexto. Isso significou, quando fomos estudar as rádios comunitárias em regiões periféricas, temática e objeto de nossa tese de doutoramento (STEINBRENNER, 2011), entender a região onde se dava o fenômeno observado - no caso a Transamazônica, no Sudoeste do Pará, palco de um campo midiático

¹ Trabalho apresentado no Grupo Temático História da Mídia Sonora, que integra o 2º Encontro Regional Norte de História da Mídia e 2º Seminário de História, Cultura e Meios de Comunicação na Amazônia, realizados na Universidade Federal do Pará, nos dias 12 e 13 de novembro de 2012.

² Jornalista, professora adjunta do Curso de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: nani.steinbrenner@gmail.com

marcado por ações e reações emblemáticas de hegemonia e contra-hegemonia³ entre os atores centrais em cena: de um lado o Estado interventor, personagem hegemônico no campo do desenvolvimento, e os interesses privados; de outro, os movimentos sociais, atores contra-hegemônicos no desenvolvimento e na comunicação. Neste artigo, propomos trilhar o mesmo caminho de entendimento, ancorado na régua do tempo, porém com um recorte sobre a formação do campo midiático na região, mais especificamente voltado às mediações estabelecidas para a criação dos meios comerciais, com destaque para a criação da primeira emissora de rádio da Transamazônica, a Rádio Rural (AM) de Altamira, e que de forma emblemática nos revela elementos bem acabados de *coronelismo eletrônico* (LIMA, 2001) já na sua origem e que irão resultar na repetição local do padrão de *concentração midiática*.

1.1. Antecedentes e metodologia

Inúmeras vezes, os antecedentes que nos conduzem na busca por entendimento e compreensão de questões do mundo trazem de forma sutil marcas subjetivas da memória enquanto movimento de retorno e ressignificação de lembranças do nosso próprio passado (LE GOFF, 1990). Não raro percebe-se conexões entre as motivações de pesquisa e a história pessoal do pesquisador, o chamado “lugar de fala” do autor, como coloca Stuart Hall, muitas vezes marcado por reminiscências de seu *Lebenswelt* (mundo da vida) pessoal⁴.

³ O termo hegemonia, que indica tradicionalmente o domínio de um país, governante ou grupo social sobre outros (RIOS, 2010), sob influência do pensador marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) também passou a indicar o princípio organizador de uma sociedade na qual uma classe se impõe sobre as outras, não apenas através da força, mas também mantendo a sujeição, conseguida tanto por meio de reformas, nas quais se levam em conta os interesses de diferentes grupos, como também pela influência sobre o modo como as pessoas (OUTWITE e BOTTOMORE, 1996). A constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural (MORAES, 2010). Para que a dominação ou poder seja estável, a classe dominante precisa criar e manter estilos de ampla aceitação de pensar sobre o mundo, ou sistemas de crença, que irão promover ao longo do tempo a construção de consensos. Para gerar um novo poder, ou contra-hegemonia, é necessário que grupos subalternos ou antagônicos construam novos consensos, novas visões de mundo para a transformação da ordem vigente (JOHNSON, 1997)

⁴ Assim também foi no caso do estudo que desenvolvemos na Transamazônica, marcas só percebidas durante o trabalho de campo. Quem foi levado a ocupar os lotes ao redor da Transamazônica era na sua maioria gente simples, como os tantos bóias-frias que ocupavam a praça matriz da cidade da minha infância no Norte do Paraná⁴ – e aqui me permito usar a primeira pessoa do singular – uma das regiões de onde saíram levas de migrantes com o êxodo rural rumo às novas frentes de colonização agrícola no Centro Oeste e Norte do país. Gente com suas muitas peças de roupas, umas sobre as outras, as moças com lenços sob o chapéu de palha, a marmitta amarrada como pequena trouxa no colo aguardando antes mesmo do raiar do dia o caminhão que iria transportá-los até as lavouras de café ou algodão. Gente que foi sumindo, desaparecendo do lugar, expulsos primeiro pela geada nas fazendas de café e depois pelo modelo agrícola que apostava na substituição das culturas perenes pelas culturas mecanizadas, as *comodities* do soja e trigo que se impuseram como modelo agrícola. Muitos deles foram parar nos travessões da BR 230, a rodovia Transamazônica por onde circulei no trabalho de

Como forma de superar as limitações à compreensão, pelo estranhamento ou proximidade ao objeto de pesquisa, Clifford Geertz (1998) propõe uma análise do cenário local pesquisado com base num amplo referencial semiótico. Como enfatiza o autor, é necessário reconhecer a estranheza que cerca o trabalho de todo pesquisador social, ainda que diante de uma familiaridade ou proximidade ao tema ou ao objeto - proximidade aqui como reconhecimento por parte do pesquisador de facetas desta realidade alheia, situação comum quando o estudo se dá não em mundos absolutamente exóticos, mas às “margens ou versões alternativas do seu próprio mundo” (BIZERRIL, 2004, p.156).

Quando vai a campo, seu acesso ao objeto não se dá de forma direta, a não ser marginalmente, por meio das “brechas” de informantes ou das informações disponíveis que podem levá-lo a compreender seu objeto. Assim sendo, os dados levantados são meramente “nossa construção das construções de outras pessoas”, *nossa* inscrição de um discurso social e não o discurso social bruto, do qual nós, como pesquisadores, não somos atores (GEERTZ, 1989, p. 20). Como forma de superação de tais limites, o uso dos métodos, técnicas e procedimentos de coleta de dados (entrevistas, observação, caderno de campo) só pode se completar, como explica, por um tipo de esforço intelectual que resulte não apenas na observação e registro das interações, estrutura e funcionamento do fenômeno (descrição superficial), mas que seja capaz de situá-lo em seu contexto (descrição densa).

Nesse sentido, como abordagem metodológica, numa perspectiva interdisciplinar, este estudo transitou basicamente pela Sociologia, na medida em que recorre para sua compreensão ao micro e ao macrocosmo social, recorrendo nesse trajeto, como caminho epistemológico, à análise propiciada pela Teoria dos Campos Sociais de Bourdieu (1986), aporte teórico central e fio condutor do trabalho.

A teoria dos campos de Bourdieu (1986) se constitui, de forma ampla, numa sociologia do poder com alto poder explicativo do princípio da organização social em qualquer sociedade. O autor parte de uma visão topológica da sociedade, que seria formada por uma pluralidade de espaços relativamente autônomos, denominados “campos”, entendidos como microcosmos dotados de sentido e regras próprias e capazes de definir modos específicos de dominação e, conseqüentemente, de resistência e reação. O campo em disputa sob foco central da pesquisa é de forma imediata o campo da comunicação, mais especificamente o sub-campo ou campo midiático, especialmente referido a sua modalidade *mediatizada* (SANTAELLA, 2002), i.e, aquela comunicação que necessita de um intermediário

campo. Também o rádio vincula-se às minhas reminiscências – primeiro como ouvinte aficionada desde a infância rural, depois como jornalista de emissoras populares no Paraná e por fim como pesquisadora.

tecnológico para que se realize e que diz respeito especialmente, ainda que não apenas, aos meios de comunicação de massa para transmissão de informações e notícias (jornais, rádio, revistas, televisão), potencializados nas últimas décadas pela emergência de uma rede de comunicação planetária via redes de teleinformática. Comunicação midiaticizada que se torna na sociedade contemporânea o principal operador de sentidos sobre o que sabemos e entendemos do mundo ao nosso redor. Principal mediadora das interações humanas (MARTÍN-BARBERO, 2006) que, como espaço público privilegiado, ajuda a construir visões de mundo que definem entendimentos e modos de ação sobre certa realidade e região.

2. O campo midiático da Transamazônica

A área identificada atualmente como região ou Território da Transamazônica, a partir da conceituação dos chamados Territórios da Cidadania⁵, programa lançado em 2008, abrange uma área de aproximadamente 252 mil Km² e é composto por 10 municípios, a maioria constituída nos anos de 1980 e surgida de antigas agrovilas e agrópolis construídas pelo projeto de colonização dirigida dos militares. A população total do território nessa perspectiva é de cerca de 260 mil habitantes, dos quais a maior parte (SIT/IBGE 2007), cerca de 27 mil famílias, é formada por agricultores familiares assentados na região desde o início da colonização dirigida em 1970.

O campo midiático da Transamazônica, entendido aqui a partir dos meios de comunicação de massa existentes na região, tem em Altamira seu polo de concentração e irradiação. Como centro econômico, administrativo e político da região da Transamazônica, Altamira concentra meios e fluxos de informação e de tomada de decisões. Ali estão sediados todos os escritórios e representações na região de órgãos federais como Ministérios da Agricultura, da Justiça, da Fazenda, Previdência Social, Delegacias da Política Federal, da Receita Federal, universidade, hospital de alta complexidade, um comércio mais forte e variado e também a sede dos principais órgãos de articulação dos movimentos sociais, influenciando uma população total de cerca de 290 mil habitantes (IBGE, 2007). Concentra também o maior número de veículos de comunicação - mais da metade dos meios de comunicação de massa estão localizados em Altamira, sendo que os únicos canais que

⁵ O governo do estado segue essa mesma abrangência e delimitação porém com outra denominação – Região de Integração Xingu.

produzem informação local ou cobrem de alguma forma, ainda que precariamente, os acontecimentos da região estão ali sediados.

2.1. A formação do campo midiático da Transamazônica

O campo midiático na Transamazônica, entendido a partir do contexto dos meios de comunicação de massa ali existentes, traz desde sua origem nos anos de 1970 elementos claros de um contexto de midiaticização periférica, conceito desenvolvido a partir da ideia de que em regiões periféricas como é o caso da Amazônia, onde se desenvolveram processos de modernização a partir de interesses externos, nomeados por Jessé Souza (2003) como “modernização periférica”, repete-se o padrão de concentração de meios e fluxos que se dá em esfera global e nacional, porém acrescido da condição de precariedade ou insuficiência e da relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder.

Estão ali presentes o modelo de concentração⁶ e as relações de influência de alianças políticas entre os grupos de força da região junto às práticas de concessões de rádio e TV, prática comum no país que remonta ao tempo de Vargas e se agudiza com os militares e depois na Nova República de Sarney. Trata-se este último do fenômeno conhecido como “coronelismo eletrônico” (LIMA, 2001), expressão relativamente frequente na mídia desde 1980, quando começa a ser denunciada pela imprensa a propriedade e o uso eleitoreiro de meios de comunicação, em especial empresas concessionárias de rádio e televisão, nas mãos de políticos brasileiros. O termo faz referência à política do “coronelismo” desenvolvida na primeira República por uma elite agrária que dominava o cenário político local por meio da força e da troca de favores.

O “coronelismo eletrônico” que se opera entre o campo da comunicação e da política, claramente evidente na Transamazônica, deve, da mesma forma que o conceito que lhe deu origem, ser entendido como um sistema que é perpassado por uma rede de relações entre poderes locais e federais que pressupõe, sobretudo, um compromisso e uma troca de proveitos entre interesses públicos e privados (SANTOS, 2006), com prevalência dos segundos sobre os primeiros. Nessas regiões mais periféricas, esses ‘coronéis’ deixam de ser senadores e

⁶ A maior parte das grandes empresas regionais de comunicação no país também atua sob forma de conglomerados, em concentração do tipo *propriedade cruzada* - definição de Venício Lima (2001), que indica quando um mesmo grupo detém a propriedade de diferentes tipos de mídia do setor de comunicação - sob o molde denominado pelo autor de *monopólio em cruz* - caso em que há reprodução, em nível local ou regional, dos oligopólios dos grupos hegemônicos nacionais.

deputados federais, personagens comuns na barganha midiática dos grandes centros e passam a ser deputados estaduais, prefeitos, ex-prefeitos e vereadores. O que se percebe também pelas pistas que os relatos nos trazem é que a concentração e a contaminação imprópria nas relações entre mídia e poder imposta pelo “coronelismo eletrônico” se evidencia na região da Transamazônica de forma emblemática desde os primeiros arranjos em torno das concessões de veículos de radiodifusão. Uma realidade que só pode ser dimensionada pela compreensão do contexto de uma época marcada pelas ações de um Estado de exceção.

2.2. Altamira e as marcas da intervenção estatal

Na virada dos anos de 1970, Altamira⁷ não passava de uma pequena cidade à beira do rio Xingu, no interior da Amazônia, com pouco mais de quatro ruas, sem energia elétrica, nem telefone, o correio instável e a televisão ainda uma novidade pouco comentada entre os pouco mais de 15 mil habitantes, a maior parte (70%) vivendo nas áreas rurais, no modelo tradicional de povoamento rio-várzea-floresta, e sobrevivendo do extrativismo vegetal ou animal (PDRS Xingu, 2008). Em sua maioria, famílias cuja origem remontava a outras levadas migratórias determinadas por demandas de mão de obra – no período da coleta das Drogas do Sertão (Séc. XVI e VXII), no auge da cultura da borracha no final do século XIX ou na tentativa de sua recuperação, na Segunda Grande Guerra. Faziam parte, histórica e culturalmente, da chamada Amazônia tradicional, acessível por vias naturais e que na mistura de europeus e populações indígenas ao longo dos séculos dera origem à chamada “cultura cabocla dos ribeirinhos”, fadada, na visão de quem chegava ‘de fora’, a se render ao “progresso” que chegaria pela estrada.

Assim era Altamira, no Sudoeste paraense, quando começaram a chegar as primeiras máquinas para abrir a rodovia (BR 230)⁸ planejada pelo regime militar para “integrar para não entregar” a Amazônia⁹. Um projeto modernizador inspirado pelo desenvolvimentismo de alto impacto promovido pelo Estado no auge do Milagre Econômico e da ditadura militar,

⁷ Até 2009, Altamira foi considerado o maior município em extensão territorial do mundo, com cerca de 160 mil km², três vezes o tamanho da Suíça. Atualmente é Qaanaak, no noroeste da Groelândia, a ocupar o topo do ranking com cerca de 225 mil km².

⁸ Inaugurada oficialmente em setembro de 1972, a BR 230, mais conhecida como Transamazônica, jamais ficou pronta. A pavimentação da estrada, permanece em aberto até hoje e menos da metade da rodovia que corta sete estados brasileiros (Paraíba, Ceará, Piauí, Tocantins, Maranhão, Pará e Amazonas) está pavimentada. (Ministério dos Transportes, 2009).

⁹ No dia 09 de outubro de 1970, uma comitiva presidencial chega à Altamira para fazer o lançamento oficial da Rodovia Transamazônica, a BR 230, uma obra considerada por seus idealizadores algo tão notável quanto a própria corrida espacial e anunciada como conta Lucio Flávio Pinto (2007), “uma das duas únicas obras humanas que os astronautas veriam do espaço na Terra” (a outra era a Muralha da China)

implantado de forma discricionária e responsável pela intervenção estatal mais impetuosa e abrupta, e, portanto, violenta em termos de colonização que se tem notícia na história do país.

Tudo parecia possível naqueles tempos, afinal o homem chegara à Lua. Eram tempos de contrastes. O Brasil ainda respirava o entusiasmo dos “90 milhões em ação” pelo tricampeonato da Copa do México, vivia-se o auge do “milagre econômico”¹⁰, mas também do “terror” político. Radicalizava-se a fase já sombria pós-golpe de 1964 e do AI-5 em 1968 com a criação dos DOI-CODI, onde se praticaria pela década seguinte a tortura e morte nos “porões da ditadura”¹¹; instalava-se oficialmente naquele ano a censura prévia a filmes⁶⁸, livros, revistas e periódicos¹². Mas isso era coisa que poucos ficavam sabendo, a imprensa estava silenciada ou conivente. No interior da Amazônia paraense, onde chegava a Hora do Brasil70 pelas ondas da Rádio Nacional de Brasília (OC), e por meio das programações das rádios em ondas curtas de Belém, Clube e Marajoara¹³, comprava-se a imagem vendida pela publicidade oficial do governo e garantida pela censura no país.

2.2.1. Comunicação para integrar o país

Para manter o controle do país, o regime militar usou a truculência, a censura, a economia e a propaganda. A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) vinculada à presidência da República trabalhava a propaganda ideológica do governo militar por meio de um modelo de comunicação funcionalista empenhado na busca da máxima eficiência persuasiva. Tal abordagem se evidenciava em slogans e frases de efeito como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Ninguém mais segura este país” ou o jingle ufanista da Copa de 70, “Noventa milhões em ação, prá frente Brasil”.

Segundo relato do brasilianista Thomas Skidmore (SKIDMORE, 1988, apud KUNSCH, 2002, p.122), o governo militar, montou uma verdadeira ‘operação de guerra’

¹⁰ O país cresceria naquele ano a uma taxa de 9,5% do PIB, a inflação seria a mais baixa da década, menos de 20% ao ano e as reservas cambiais alcançariam US\$ 1,2 bilhão de dólares (STEINBRENNER, 2011).

¹¹ Entre 1964 e 1981, 341 pessoas desapareceram dos porões dos órgãos de repressão do regime militar (DOPS, DOI-CODI), 197 destes somente entre 1970 e 1973, anos do governo Médici. (RETRATOS DO BRASIL. Ditadura e Violência Política, 1984; LINHARES (Org.). A Modernização Autoritária, 1990)

¹² Somente em 1970, cem (100) filmes brasileiros sob as ondas do Cinema Novo e o Cinema de Rua de São Paulo Cineastas em Ação, a produção de filmes militantes seriam apreendidos pelas tesouras da censura (RETRATO DO BRASIL, 1984.p. 285-287).

¹³ Na virada da década de 1960, as duas emissoras de rádio mais antigas do Pará, Rádio Clube e Rádio Marajoara mantinham programas voltados ao interior do Estado. Da Rádio Clube, por ondas médias (OM), chegava o *Mensageiro do Interior* e, na Marajoara, por ondas curtas (OC), o *Alô Alô Interior*, importantes programas de recados e mensagens entre ouvintes da capital e do interior do Estado. Sobre os 70 anos da história do rádio em Belém, ver “O Pará nas Ondas do Rádio”, projeto de ensino, extensão e pesquisa da UFPA. Sítio: <http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br>

muito bem sucedida na área da propaganda, instalando o setor de Relações Públicas mais profissional que o Brasil já vira. Uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos decidia sobre os temas e o enfoque geral, depois contratava agências de propaganda para produzir documentários para TV e cinema, juntamente com matérias para os jornais. Tal mentalidade tinha como fonte teórica o difusionismo e as teorias da modernização que encaravam a comunicação como fator estratégico para criar um ambiente social propício às mudanças que se queria promover (SCHRAMM, 1976). A importância de se prover o país de infra-estrutura na área da comunicação como fator estratégico ao projeto militar de integração nacional e desenvolvimento do país se evidencia claramente na época. A seriedade com que os militares viam os problemas relacionados com o desenvolvimento das comunicações vai se manifestar não apenas na idealização e implantação de uma rede nacional de comunicações, mas também na criação de instituições reguladoras para o setor.

Atendendo aos objetivos expressos na Doutrina de Segurança Nacional, os militares agiram em duas frentes: por um lado desenvolvem toda uma infra-estrutura voltada para a solução de problemas de ordem técnica que impediam os avanços das telecomunicações públicas e a radiodifusão privada, por outro lado, centralizam e endurecem o controle das atividades do setor¹⁴. Entre meados das décadas de 1960-70, “a participação no uso de um satélite internacional (1965) somada à constituição de um sistema de troncos de microondas (1969 e 1973), permitirá finalmente a interligação de todo o país através do telefone e da televisão” (OLIVEIRA, 1991, p. 72).

Para garantir a tarefa da integração nacional pelas telecomunicações, em locais de baixa densidade demográfica onde não havia apelo comercial e, portanto, não atraía o interesse da iniciativa privada, o governo mantinha um rol de emissoras públicas ligadas inicialmente à Secretaria de Serviços de Radiodifusão (SSR) e depois à Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobras), criada já no governo Geisel (1975). Até o período final do regime militar (1984), a Radiobras operava 18 estações de longo alcance na Região Norte, 10 em Ondas Médias, duas em Ondas Curtas, seis em Ondas Tropicais e ainda doze em Frequência Modulada e oito estações de TV no Norte e no Centro Oeste do país (OLIVEIRA, 1991).

¹⁴ Faz parte dessa política dos militares de valorização estratégica e controle das comunicações no país o fechamento do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que abrigava em sua composição membros de partidos políticos além do governo e das forças armadas, e a criação de um ministério específico, o Ministério das Comunicações (1967), subordinando todas as empresas estatais dedicadas à comunicação no país (EMBRATEL, ECT, TELEBRÁS etc.) e alcançando também a radiodifusão privada por meio da ação do DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações). Outro dado interessante é que durante todo o regime militar a alta cúpula do Ministério das comunicações sempre foi ocupada por militares de alta patente e especializados na área (STEINBRENNER, 2011).

Por outro lado, a volta da política de negociação caso à caso das concessões e renovações para o setor, uma prática do governo Vargas, tinha o intuito de aumentar a fiscalização sobre as empresas suspeitas de colaboração com a oposição ao regime e de beneficiar os meios de comunicação de massa eletrônicos identificados com os propósitos do regime militar, como se viu acontecer também na região da Transamazônica em formação.

3. As primeiras experiências de radiodifusão na região

O rádio, por ser acessível, prescindir de energia elétrica e já fazer parte dos hábitos do brasileiro desde os anos 40, era o principal meio de comunicação para os moradores da região da Transamazônica, grande parte deles migrantes recém-chegados, vindos de várias regiões do país, migrantes trazidos nas ondas da colonização dirigida do regime militar. As rádios mais ouvidas eram emissoras que falavam de muito longe, com potência de longo alcance (em Ondas Curtas ou Ondas Tropicais), em especial as rádios Nacional de Brasília e a Nacional da Amazônia, ambas integradas a Radiobrás, que mantinham programas específicos para o interior da região amazônica, com informações dirigidas ao público dessas localidades, mas que se consistiam basicamente em recados e avisos entre familiares distantes.

Também na virada da década de 1970, as duas emissoras de rádio mais antigas do Pará, Rádio Clube e Rádio Marajoara¹⁵ mantinham programas voltados ao interior do Estado. Da Rádio Clube, por ondas médias (OM), chegava o Mensageiro do Interior e, na Marajoara, por ondas curtas (OC), o Alô, Alô Interior, importantes programas de recados e mensagens entre ouvintes da capital e do interior do Estado. No entanto, é preciso lembrar, estes veículos estavam sob controle da censura e eram produzidos por empresas privadas vinculadas ao governo ou que, para manter suas concessões, eram coniventes com o regime.

A primeira experiência de rádio feito na Transamazônica da qual se tem lembrança chamava-se Rádio Pioneira¹⁶, uma emissora de curto alcance que teria sido colocada no ar em 1966 por um técnico de eletrônica que consertava aparelhos de rádio de nome Orlando Araújo da Silva. Ele resolveu construir um transmissor com peças usadas para irradiar para os domicílios da cidade os shows de calouros que aconteciam no palco do único cinema da

¹⁵ Fonte: O Pará nas Ondas do Rádio (<http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br>).

¹⁶ Entrevistas com Euclides Coelho da Cunha Filho (em 12.02.2009) e com Cléo Soares (19.02.2009), antigos radialistas em Altamira.

cidade na época chamado Cine Cleide. A emissora teria funcionado¹⁷ durante uma década, fechando em 1975 ou 76.

Outra experiência na origem dos meios de comunicação local em Altamira foi a de um sistema de rádio poste ou “boca de ferro” (alto-falantes), que funcionava já em 1975 no mercado municipal localizado na área central da cidade e que era utilizado para anunciar as novidades das casas comerciais e para oferecer música aos ouvintes/transeuntes. Trazia como novidade, em discos de 78 rotações, a música sertaneja para uma região que ainda vivia sob o ritmo da cultura do carimbó e do sirimbó¹⁸. O sistema de rádio-poste foi montado por João Alves Filho, baiano de Caitité, mecânico de automóveis de formação, locutor com experiência de microfone na Rádio Guararapes do interior paulista nos anos 50. Comerciante de gado no Centro-Oeste, João Alves ficou famoso na cidade de Altamira como João Matogrosso, apelido que o migrante irá adotar e tornar sua marca anos depois ao se lançar candidato na primeira eleição para prefeito da cidade, em 1988, depois que a região deixaria de ser considerada Área de Segurança Nacional.

O primeiro meio massivo de comunicação local a ser instalado na Transamazônica foi, entretanto, uma retransmissora de televisão. A primeira retransmissora de televisão da região, TV Altamira¹⁹, iria começar a operar ainda sem licenciamento oficial na região no final daquela década, em 1977, antes mesmo da TV Tapajós em Santarém²⁰ (1979) - e durante muitos anos iria retransmitir uma programação única, como pretendiam os militares – primeiro a Rede Tupi até 1980, quando a rede foi extinta, e depois a Rede Globo. Toda a programação era gravada em vídeo-teipe e enviada do Rio de Janeiro e São Paulo por avião para as capitais da Amazônia e de lá para as outras cidades da região. Ainda em 1982, somente o Jornal Nacional era retransmitido ao vivo e os poucos aparelhos existentes nos domicílios urbanos das cidades-polo viravam motivo de reunião da vizinhança. A primeira antena parabólica, que hoje é artigo comum nos travessões na Transamazônica, teria chegado em 1978, direto de uma fábrica do interior de São Paulo (Pirassununga) trazida por um avião Búfalo da Força Aérea Brasileira, a FAB²¹.

¹⁷ Cléo Soares, radialista atualmente da Rádio Rural da Transamazônica foi o primeiro comunicador da Rádio Pioneira, montada por um técnico em eletrônica de nome Orlando Araújo da Silva, já falecido.

¹⁸ Entrevista com João Matogrosso, em 14.02.2009.

¹⁹ A TV Altamira, da Prefeitura da cidade, entra no ar em 1977, porém sua outorga é de 1983 (SRD/ANATEL)

²⁰ A Rádio e Televisão Tapajós de Santarém, ao contrário, recebe a concessão para retransmissão dos sinais da TV Globo em 1976, porém segundo relatos (FESTA, 1986) teria começado operar somente em 1979.

²¹ Entrevista João Matogrosso, radialista pioneiro na região, proprietário da Rádio Rural AM, primeira emissora de rádio de Altamira, que forma juntamente com a TV Líder (Rede TV) o Sistema Matogrosso de Comunicação.

3.1. Rádio Rural da Transamazônica: início das alianças no “balcão” das concessões

João Matogrosso, que chegara com as levar dos primeiros migrantes na construção da estrada, trazendo sua voz de locutor de rodeios e seus discos na bagagem, tornaria-se proprietário da primeira emissora de rádio oficialmente instalada em Altamira, a Rádio Rural da Transamazônica (AM 670 KHz), em dezembro de 1982. O processo de sua concessão é emblemático e revela com clareza a formação do jogo de forças políticas que constitui o campo midiático de Altamira que, como centro comercial, político, administrativo e comunicativo da Transamazônica, provoca rebatimentos em toda a região.

A história da primeira emissora de rádio de Altamira começa em 1977, quando da visita do então presidente João Figueiredo à cidade, por ocasião da 1ª Feira Agropecuária de Altamira. A visita havia sido articulada por João Matogrosso, apoiador entusiasmado e homem de confiança dos militares na região, que fundara a Associação Rural de Altamira e conseguira apoio do governo militar para a construção do Parque de Exposições da cidade. O então ministro das Comunicações, Haroldo Correa de Matos fazia parte da comitiva presidencial e é nessa ocasião que o anfitrião João Matogrosso, lhe fala da importância de uma rádio em Altamira.

No ano seguinte, em 1978 o edital para uma emissora AM (ondas médias) para Altamira é aberto, porém João Matogrosso perde a concorrência - haviam alegado falta de um documento pessoal no processo - mas não desiste. Recorre a seu padrinho em Brasília. Na ocasião, haviam dois grupos políticos claramente definidos na cidade, um apoiado pelo então governador, Alacid Nunes e outro pelo então senador Jarbas Passarinho. Ambos militares de carreira e integrantes da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), ainda assim rachavam o poder político no Estado do Pará. João Mato Grosso fazia parte do grupo de Passarinho, com forte trânsito em Brasília. No outro grupo, apoiado por Alacid, estava um jovem político na época, Domingos Juvenil, que vindo da Arena, havia sido prefeito de Altamira indicado pelo regime (1975-1977), e seria reeleito em 1978 como deputado estadual, então pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Era ele, justamente, quem havia ganho a concorrência do edital para a rádio de Altamira.

Assim que é procurado por João Matogrosso, Passarinho recorre ao então ministro das Comunicações que por sua vez cancela o edital em questão e abre um novo. João Matogrosso volta a concorrer, porém com alterações no projeto inicial – a emissora que originalmente tinha o nome de “A Voz Agrícola de Altamira”, passa se chamar “Rádio Rural da

Transamazônica” – agora em nome de três pessoas de sua confiança. Desta vez, ele ganha a concorrência. Depois de um período de trâmites jurídicos e técnicos, em 15 de setembro de 1982 é assinado o contrato de convênio entre a nova emissora com o então Dentel. A Rádio Rural, única emissora AM de Altamira e da região até hoje, entra no ar em 29 de dezembro do mesmo ano, apontando com nitidez o quanto os arranjos em Brasília sempre foram essenciais na definição das concessões de radiodifusão que beneficiam grupos de poder no país.

João Matogrosso, que se elegeu vereador da cidade pelo PMDB²² em dois mandatos (1992 e 1996/184), possui hoje, além da Rádio Rural, um canal de retransmissão de TV arrendado, canal 25, retransmissor da Rede TV, enquanto espera a licença do canal 21, concessão já outorgada pelo Ministério das Comunicações ao Sistema Matogrosso de Comunicação²³. Sua proximidade política no momento é com o grupo da atual prefeita do município, Odileida Maria de Souza Sampaio, que inclusive mantém um programa diário na Rádio Rural chamado, “Bom Dia, Prefeita”. Em seu segundo mandato pelo PSDB, a prefeita, por sua vez, também mantém laços políticos com outro grupo de comunicação na cidade, o Grupo Mansour de Comunicação, de propriedade de Manoel de Jesus Mansour Abucater - vereador pelo PSDB (2000) e secretário de Obras durante a primeira gestão da prefeita - detentor do canal 19, que aparece nos registros da Anatel já com outorga emitida aguardando licenciamento, como retransmissor da Rede Record. No momento, porém, que esta pesquisa estava em campo, o canal 19 estava retransmitindo a TV Bandeirantes, a BAND, em fase experimental. Quem retransmite a Rede Record na cidade, é na verdade a televisão da Prefeitura Municipal de Altamira, Canal 6, a mais antiga retransmissora de televisão da região²⁴.

Entre 1988 e 1990, já como deputado federal pelo PMDB, Domingos Juvenil irá receber a concessão dos três veículos que formam a sua própria rede de comunicação, a mais forte da região, que inclui a Rede de Rádio e Televisão Vale do Xingu – uma FM (93,1 KHz), com a maior audiência e maior infra-estrutura na cidade, uma OT (Rádio Jornal da Transamazônica²⁵) e uma RTV (TV Vale do Xingu), Canal 4, retransmissora do SBT, a

²² Nessa época o governo do Pará era ocupado por Jader Barbalho, do PMDB (1991-1994). No segundo mandato, João Matogrosso presidiu a Câmara dos Vereadores de Altamira.

²³ Fonte de informações: Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Anatel (www.sistemas.anate.gov.br/srd/). Acessado em janeiro de 2011.

²⁴ A outorga da RTV Prefeitura Municipal de Altamira, segundo os registros do Sistema de Controle de Radiodifusão da Anatel (SRD) é de 06 de Abril de 1983. Informações de Cléo Soares, primeiro diretor da TV Altamira a partir de 1977, onde permaneceu até 1983. (Entrevista concedida em 19.02.2009)

²⁵ A Rádio Jornal da Transamazônica, segundo relatos de comunicadores da região teria iniciado suas operações em 1981, antes do registro existente da sua outorga (SRD/Anatel), e teria funcionado até 1989, quando deixou de irradiar. Em

mesma rede de seu principal aliado político no estado, o ex-deputado, ex-governador, ex-senador, ex-ministro Jader Barbalho, proprietário do Sistema RBA (Rede Brasil Amazônia de Comunicação), o segundo maior grupo de comunicação do Pará.

Outra retransmissora importante no campo da comunicação de Altamira e região é a TV Liberal, canal 13, afiliada à Rede Liberal, por sua vez afiliada à Rede Globo. A Rede Liberal integra uma empresa familiar, a ORM (Organizações Rômulo Maiorana), o maior grupo de comunicação do Pará, concorrente da rede de comunicação da família Barbalho, que mantém tradicionalmente alianças políticas com o outro grupo de poder político no Pará, comandado durante muitos anos por Almir Gabriel (PSDB). Entretanto, a TV Liberal Altamira, que retransmite a programação da Globo no município é administrada por pessoas próximas²⁶ à Jader - o ex-prefeito pelo PMDB, Armindo Denardin (1989-1992), grande empresário do ramo de revendedora de automóveis²⁷. Denardim, assim como Mansour e Juvenil²⁸ fazem parte do grupo político de Jader Barbalho, inclusive foram todos indiciados pelo Ministério Público por desvios de recursos da SUDAM no escândalo que o levou à renúncia no Senado em 2001²⁹.

CONCLUSÃO

É possível perceber dessa forma que o que se iniciou nos anos 70 como dois grupos políticos, ainda que originados de um mesmo partido (ARENA), influenciando os arranjos para a criação dos meios de comunicação em Altamira se transformou num único feudo político em torno de uma figura central de poder, porém vinculado menos por questões partidárias, mas sim a interesses privados (e seus impactos) sustentados pela manutenção do poder político/midiático na região. Entre os interesses privados que orientam como pano de fundo aquilo que é e como é tornado público por esses veículos privados de comunicação está a extração de madeira na região, muitas vezes, ilegal (setor que em 2009 se encontrava em

conversas com a gerência da rede Vale do Xingu, a informação no momento desta pesquisa (fev. 2009) era de que a emissora em OT do grupo iria ser reativada.

²⁶ Elci e Miguel Salchuck são os diretores da emissora Liberal em Altamira, porém o que todos os entrevistados ligados ao setor de Comunicação da cidade afirmam é que a retransmissora da Globo seria propriedade do ex-prefeito Denardim.

²⁷ Denardim é fundador do Grupo Mônaco, rede de revendedoras Wolkswaven, com concessionários nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É tido como o homem mais rico da região.

²⁸ Revista Época: “Rastros da Propina”. Edição 172, 03/09/2001 <http://epoca.globo.com/edic/20010903/brasil3a.htm>; “Destino Selado”, Isto É. Edição 1968, 19/09/2001: http://www.istoe.com.br/reportagens/41219_DESTINO+SELADO, e “Procurador denuncia máfia de Altamira. Esquemas envolviam a Sudam”, site Amigos da Terra, publicado em Amazônia.Org: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=6199>

²⁹ Fato que nas eleições de 2010, pelo efeito da Lei da “Ficha Limpa” o tornou temporariamente inelegível, até que o STF decidiu que o efeito da lei não valeria para o pleito daquele ano.

franco recuo diante das ações de fiscalização do governo federal na região); a pecuária extensiva (são mais de 1,5 milhão de cabeças de gado na microrregião de Altamira), historicamente responsável por desmatamento e pelos conflitos fundiários e, mais recentemente, a defesa de Belo Monte e o que a construção e o funcionamento do complexo hidrelétrico pode significar para a região e conseqüentemente para os grupos de poder estabelecidos. Tais interesses representam claramente a manutenção do modelo de desenvolvimento que ali chegou há mais de cinco décadas com a política desenvolvimentista de JK, mantida com alguns redirecionamentos pelos militares e até hoje, em seu cerne, inalterada.

Como agravante, tem-se em Altamira, polo administrativo e midiático da Transamazônica, a *concentração cruzada* e o *coronelismo eletrônico* como indicadores claros de um jogo de forças desigual no campo midiático, que contribuem para o escasseamento da pluralidade e da crítica, afetando assim, ainda mais, a construção de uma esfera pública ativa e plural e comprometendo a produção de sentidos e significados sobre a região periférica e isolada. Do outro lado deste jogo de forças midiáticas na Transamazônica estão, em minoria, os movimentos sociais, a Igreja Católica e as rádios comunitárias. Mas essa é outra parte, aqui não contada, da mesma história.

REFERÊNCIAS

- PINTO, Lucio Flavio. **Contra o Poder. 20 anos de Jornal Pessoal:** uma paixão amazônica. Belém: edição do Autor, 2007.
- ANATEL. Serviço de Controle de Radiodifusão (SRD). Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>. Acesso em: 10 jan 2007; 5 nov. 2007; 19 ago. 2008; 24 jan. 2008; 03 fev. 2009; 26 jan. 2010; 17 ago. 2010; 18 jan. 2011.
- ARNS, Paulo. **Brasil Nunca Mais.** Um Relato para a História. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquidiocese de São Paul, 1985. Livro original disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_q\Trbs\GTNM_Livros\GTNM_Livros_MP.DOCPRO&Pasta=Tomo%20I%20%20O%20Regime%20Militar&PagLog=&Pesq=DOI-CODI&PagFis=. Acesso em: 07 maio 2010.
- ABUCATER, Manoel de Jesus Mansour. **Entrevista.** Ex-vereador, proprietário de grupo de comunicação. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).
- BRASIL. **Ministério dos Transportes:** Banco de Informações e Mapas dos Transportes. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230.jpg>. Acesso em: 25 jul. 2010.
- BIZERRIL, José. **O vínculo etnográfico:** intersubjetividade e co- autoria na pesquisa qualitativa. In: *Universitas Ciências da Saúde* – v.2, n.2. p.152-163, 2004. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/view/530/351>

Acesso em: 12 mar. 2009.

GEERTZ, Clifford. **O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HOUTZAGER, Peter. **Os Últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **História das Relações Públicas no Brasil: retrospectiva e aspectos relevantes**. Idade Mídia, São Paulo, ano 1, n. 2, nov/2002.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Prefácio: Néstor García Canclini. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

“MATOGROSSO” ALVES FILHO, João. **Entrevista**. Pioneiro na comunicação de Altamira, fundador da primeira experiência radiofônica (rádio poste) na cidade e proprietário da Rádio Rural da Transamazônica. Arquivo Pessoa. Altamira, 2009.

MORAIS, Fernando. O sonho da Transamazônica acabou (1974) In: **Cem quilos de ouro** (e outras histórias de um repórter). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MORAIS, Fernando, GONTIJO, Ricardo. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

OLIVEIRA, Dennison de. **Estado & mercado: telecomunicações no Brasil**. Curitiba, PR: Prephácio, 1991.

OLIVEIRA, Wilson Soares de. **Entrevista**. Diretor da TV Altamira, retransmissora da Record. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.

PARÁ NAS ONDAS DORÁDIO O. Projeto de ensino, extensão e pesquisa da UFPA.

Disponível em: <http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br>. Acesso em: 23 set. 2009.

PERUZZO, Cícilia M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RETRATO DO BRASIL. **Da Monarquia ao fim do Estado Militar**. V.1, 2 e 3. São Paulo: Editora Política, 1984.

SANTAELLA, Lúcia. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. José Luiz Aidar Prado (Org.). São Paulo: Hacker Editores, 2002. Pp.44-57

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1976.

SIT – **Sistema de Informações Territoriais**. Ministérios do Desenvolvimento Agrário. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais/2635370>.

SOARES, Cléo. **Entrevista**. Radialista da Rádio Rural da Transamazônica e pioneiro do rádio em Altamira. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.

SOUZA, Jessé. **A Construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

STEINBRENNER, Rosane. **Rádios Comunitárias na Transamazônica: Desafios da Comunicação Comunitárias em Regiões de Midiatização Periférica**. 2011. Tese (Doutorado). 386 f. Orientador, Thomas Peter Hurtienne. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.